

ANACONDA

Casem, Ali Mazloun e Rocha Mattos são acusados de integrar esquema de venda de sentenças

Justiça processa três juízes

BERNARDINO FURTADO
DA EQUIPE DO CORREIO

Os juízes federais Ali Mazloun, Casem Mazloun e João Carlos da Rocha Mattos, preso, responderão a processo criminal por venda de sentença e ficarão afastados de suas funções até o desfecho da ação penal. Foi o que decidiu ontem, ao cabo de uma sessão que durou nove horas, o Conselho Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), sediado em São Paulo. A denúncia contra os três juízes e mais nove envolvidos foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) com base nas investigações da Polícia Federal que ficaram conhecidas como Operação Anaconda.

Além dos juízes, serão processados por formação de quadrilha os delegados da Polícia Federal José Augusto Bellini, Dirceu Bertin, Jorge Luiz Bezerra da Silva (aposentado), o agente da PF Cezar Herman Rodrigues, os empresários Wagner Rocha, o Peru, e Sérgio Chiamarelli Júnior, os advogados Carlos Alberto da Costa Silva e Affonso Passarelli Filho e a ex-mulher do juiz Rocha Mattos, Norma Regina Emílio Cunha.

Os réus João Carlos da Rocha Matos e Cezar Herman Rodriguez responderão também por falsidade ideológica, peculato e corrupção passiva. Casem Mazloun e Cesar Herman serão processados por falsidade ideológica e interceptação telefônica. Ali Mazloun responderá por ameaça e abuso de poder.

Na quinta-feira, véspera da sessão do Conselho Especial, formado pelos 16 desembargadores mais antigos do TRF-3, o afastamento dos irmãos Casem e Ali Mazloun já era dado como certo.

Pesou nessa avaliação um relatório de 326 páginas, intitulado Anaconda 3. O documento saiu na quinta-feira de Brasília num avião da PF, acompanhado de 400 quilos de documentos. Cada desembargador recebeu uma cópia do relatório, numa versão em CD-Rom, recheada de imagens.

Câmbio

Entre as revelações do Anaconda 3 estão remessas de dinheiro para o Líbano por meio da Santur, empresa de turismo que servia de fachada para a mesa de câmbio clandestina do doleiro Sandor Paes. As movimentações ilegais teriam sido ordenadas pelos irmãos Mazloun, que têm parentes no Líbano.

O Anaconda 3 reflete os avanços na investigação proporcionados pela operação policial de busca e apreensão na sede da Santur, em São Paulo. A análise dos documentos apreendidos fortaleceu a convicção da Polícia Federal de que a Santur e a Barcelona Tur, do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho Barcelona, eram os principais braços financeiros do esquema de corrupção no Judiciário e na Polícia Federal de São Paulo. A PF ainda espera analisar a totalidade dos documentos apreendidos a pedido do Ministério Público Federal em março nos escritórios da Barcelona Tur.

Falta também examinar os quatro meses de interceptação telefônica feita com autorização judicial nas linhas fixas da Barcelona Tur entre novembro de 2002 e março de 2003. As escutas, conforme o **Correio** revelou na última quinta-feira, revelam intimidade entre o doleiro, o juiz Casem Mazloun e os delegados da PF paulista Marcus Vinicius Deneno e Antônio Manuel Costa.



CASEM MAZLOUM: INTEGRANTES DA OPERAÇÃO ANACONDA SUSPEITAM QUE O JUIZ ENVIOU DINHEIRO ILEGAL PARA O LÍBANO